

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.572.452 - PR
(2015/0309779-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : MAURO JANENE COSTA
ADVOGADO : GABRIELA ROBERTA SILVA - PR037868
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

MAURO JANENE COSTA interpõe o presente agravo regimental contra decisão de lavra da Presidência deste Tribunal, na qual se negou provimento ao recurso especial, por incidência do enunciado 115 da Súmula do STJ (fl. 284).

No agravo regimental, a parte argumenta que não haveria falar em aplicação do enunciado 115 da Súmula do STJ ao caso, porquanto a constituição do causídico teria se dado em audiência, na modalidade *apud acta* (fls. 307-312).

Requer seja reconsiderada a decisão agravada ou submetido o presente agravo regimental à Turma.

Diante do noticiado, determinou-se à parte que apresentasse cópia do ato processual que comprova a outorga de poderes ao causídico anterior (fl. 319), tendo o recorrente peticionado às fls. 323-327, dando cumprimento ao requerido.

Decido

O agravo regimental é tempestivo e preencheu os demais requisitos de admissibilidade, razões pelas quais comporta conhecimento.

Observa-se que a parte comprovou a contento, por meio da documentação trazida aos autos (ata do termo de interrogatório), a legítima outorga de poderes da parte ao antigo procurador. **Assim, o caso é de reconsideração da decisão de fl. 284.**

Desse modo, passo a analisar o recurso especial.

I- Recurso Especial

MAURO JANENE COSTA interpõe recurso especial,

Superior Tribunal de Justiça

com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná** nos autos da Correição Parcial n. 1278063-5.

Nas razões do especial, alega o recorrente contrariedade aos **arts. 159, § 5º, I, 461 e 222-A, todos do CPP, e 8º do Decreto 1.320/94**, ao argumento de que o Estado deve ser responsável pelo custeio das despesas de viagem e estada da testemunha arrolada com cláusula de imprescindibilidade - a qual reside na cidade de Porto, em Portugal -, e não o próprio recorrente. Menciona que "as despesas em questão devem ser arcadas pelo Estado, uma vez que, o mesmo tem a obrigação de proporcionar ao réu o total e irrestrito acesso à Justiça, com observância dos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal".

De plano, observa-se que o recurso especial interposto não comporta conhecimento.

Com efeito, no que toca à mencionada vulneração **aos arts. 159, § 5º, I, 461, 222-A, todos do CPP, e 8º do Decreto 1.320/94**, nota-se que não houve juízo de valor prévio acerca da interpretação de tais dispositivos legais pelo Tribunal de origem, padecendo o apelo do adequado prequestionamento.

Incidem, portanto, os óbices das **Súmulas n. 282 e 356**, ambas do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada" e "O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento". Na mesma perspectiva:

[...]

III - A ausência de prequestionamento constitui óbice ao exame da matéria pela Corte Superior, a teor das Súmulas 282 e 356 do Pretório Excelso.

Agravo regimental desprovido.

(**AgRg no AREsp n. 1.260.175/DF**, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 15/6/2018)

Note-se, por oportuno, que, não obstante haver menção do art. 222-A do CPP no corpo do acórdão recorrido, a Corte de origem não o interpreta, tendo havido tal registro tão somente para realização de juízo analógico com matéria que não se refere a esse dispositivo legal.

Como se não bastasse, ainda quanto à aludida contrariedade aos arts. 159, § 5º, I, 461, 222-A, todos do CPP, e 8º do Decreto 1.320/94, constata-se que o ora agravante deixou de apresentar fundamentação recursal adequada, olvidando-se em demonstrar a relação lógico-jurídica entre a tese ventilada e cada uma das normas tidas por ofendidas, o que também impossibilita a compreensão da inteireza da controvérsia.

Demais disso, nota-se que o recorrente também não refuta o fundamento central do acórdão recorrido, pautado no raciocínio de que não é obrigatório o comparecimento de testemunha, ainda que arrolada com cláusula de imprescindibilidade, que resida fora da comarca onde for realizada a sessão de julgamento.

Incide, dessa forma, a Súmula n. 284 do STF, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia". Nessa linha de raciocínio:

[...]

1. **Verifica-se que o recurso encontra-se deficientemente fundamentado, uma vez que as razões insertas no recurso não permitem a exata compreensão da controvérsia, aplicando-se, ao caso, por analogia, o enunciado da Súmula 284/STF.**

[...]

3. Agravo regimental não conhecido.

(AgRg na PET no AREsp 625.163/DF, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, 5ª T., DJe 09/04/2019)

[...]

2. **Se o recorrente não refuta devidamente os fundamentos utilizados pelo aresto recorrido, aplica-se no caso o disposto na Súmula 284/STF, ante a deficiência na fundamentação do recurso especial.**

[...]

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 1009948/MT, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, 6ª T., DJe 19/12/2016)

Ainda que não houvesse a incidência dos vários óbices citados, a insurgência não teria como prosperar, uma vez que o raciocínio

Superior Tribunal de Justiça

jurídico exarado pela Corte de origem guarda fina sintonia com a jurisprudência do STJ acerca do tema, sendo pacífico neste Tribunal Superior o entendimento de que "é ônus da parte realizar o deslocamento de suas testemunhas para oitiva residente em comarca diversa" (**AgRg nos EDcl no REsp 1479854/RJ**, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, 5ª T., DJe 20/10/2017). A esse respeito:

[...]

3. Segundo a orientação desta Corte e do Excelso Pretório, a testemunha residente em comarca diversa daquela em que tramita a ação penal não está obrigada a comparecer à sessão plenária do Júri.

[...]

8. Ordem parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada.

(**HC 129.377/SP**, Rel. Ministra LAURITA VAZ, 5ª T., DJe 02/12/2011)

Assim, caso fosse possível o conhecimento do recurso especial, também seria hipótese de negativa de seguimento mediante a aplicação do enunciado 568 da Súmula do STJ.

III- Dispositivo

À vista do exposto, conheço do agravo regimental para **reconsiderar a decisão de fl. 284** e, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 34, XVIII, "a", do RISTJ, **não conhecer do recurso especial.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ